



**DEUS PERDOE O MAL QUE HABITA EM MIM: UMA LEITURA DE *O MULO*, DE
DARCY RIBEIRO**

***GOD FORGIVE THE EVIL THAT DWELLS IN ME: A READING OF *O MULO*, BY DARCY
RIBEIRO***

[10.29073/naus.v4i1.808](https://doi.org/10.29073/naus.v4i1.808)

RECEÇÃO: 23 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 8 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 30 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Geraldo Ferreira , Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil, geraldo.ferreira@unimontes.br.

RESUMO

O objetivo principal deste nosso trabalho é discutir a questão dos crimes praticados e o posterior desejo de ser perdoado, situação que atormenta o protagonista do romance *O mulo* (1981), de Darcy Ribeiro. Usando como referenciais teóricos principais Paul Ricoeur e Hannah Arendt, buscaremos elucidar as motivações que levaram o narrador do livro à confecção de sua confissão, à primeira vista, tencionando a remissão de suas culpas e a salvação de sua alma.

PALAVRAS-CHAVE: Confissão; Crime; Cultura; Memória, Perdão.

ABSTRACT

The main objective of our work is to discuss the issue of crimes committed and the subsequent desire to be forgiven, a situation that torments the protagonist of the novel *O mulo* (1981), by Darcy Ribeiro. Using as main theoretical references Paul Ricoeur and Hannah Arendt, we will seek to elucidate the motivations that led the narrator of the book to make his confession, at first sight, intending the remission of his guilt and the salvation of his soul.

KEYWORDS: Confession; Crime; Culture; Forgiveness; Memory.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social, a ambição desenfreada e a certeza da impunidade diante de ações criminosas são ingredientes de um prato bastante indigesto, que se concretiza num quadro de violência e desrespeito ao ser humano que, infelizmente, vimos assistindo ao longo dos tempos. Alguns autores resolvem se debruçar sobre a temática da violência e assim desnudar uma realidade brutal a que a população brasileira está exposta. Quando se desloca o foco dessas narrativas para os longínquos sertões do país, surgem histórias que nos levam a questionar muitos dos nossos conceitos relativos a direitos humanos, alteridade, justiça, dentre outros. Esse é o caso do romance *O mulo*, de Darcy Ribeiro.

Embora tenha tido reconhecida importância nos cenários político, educacional e sociológico nacional, acreditamos ser útil uma breve abordagem biográfica ao sujeito histórico Darcy Ribeiro. Ele nasceu em Montes Claros (MG), no dia 26 de outubro de 1922. Aos dezessete anos, transferiu-se para Belo Horizonte para estudar medicina. Percebendo que não tinha vocação para ser médico, abandonou o curso e ingressou na Fundação Escola de Sociologia e Política, em São Paulo (FESPSP). Diplomou-se em Ciências Sociais, em 1946, com especialização em Antropologia, passando a desenvolver atividades junto a várias tribos indígenas do país. A obra de Darcy — que o colocou na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 11 que havia pertencido a Deolindo Couto — é composta de diversos trabalhos etnológicos, antropológicos, ensaios relativos à cultura e à educação. Escreveu ainda: os romances *Maira*



(1976), *O mulo* (1981), *Utopia selvagem* (1982) e *Migo* (1988); os livros de memórias *Testemunho* (1990) e *Confissões* (1997), além do livro de poesias *Eros e Tanatos* (1998).

Uma das obras mais instigantes do referido escritor é o citado romance *O mulo*, publicado em 1981. A narrativa do personagem principal, até então inominado, acompanha toda a sua existência, desde uma infância miserável até se tornar grande proprietário de terras. Darcy Ribeiro, no seu livro *Confissões*, analisa que em *O mulo* procurou retratar a enorme desigualdade social existente no interior do país. Fala de uma enorme ganância dos grandes latifundiários e a forma brutal como são tratadas as pessoas que dependem daqueles poderosos:

É ou quer ser o retrato romanesco de nossa classe dominante rústica, em toda a sua bruteza de gastadores de gente no trabalho, em sua fome insaciável de terras latifundiárias em seu desejo de poder. [...] Além da espoliação de sua força de trabalho e de toda a sorte de opressões a que são submetidos, nossos caipiras sofrem um roubo maior, que é o de sua consciência. O patronato rural se mete em suas mentes para fazê-los ver a si mesmos como a coisa mais reles que há. Guardo em mim recordações indelévels das brutalidades que presenciei de minha gente mineira e por todos esses brasis contra vaqueiros e lavradores que não esboçam a menor reação. [...] O mulo foi para mim mais uma ocasião dessas em que não perco de testemunhar o quanto somos um país enfermo de desigualdade. Se as relações inter-raciais são mais fluentes entre nós que em outras partes — apesar do peso do preconceito que reina aqui —, as relações sociais no Brasil são infranqueáveis. A distância que separa os ricos dos pobres é abismal. (Ribeiro, 1977, p. 512–513)

2. REVISÃO DA LITERATURA

Antes de iniciarmos a abordagem ao *corpus* deste texto, consideramos importante a discussão acerca da participação do intelectual objetivamente na vida da comunidade em que vive. Entendemos que o protagonista do romance de Darcy Ribeiro não se enquadra aos moldes do intelectual formal. Entretanto, é ele quem dispõe do conhecimento, consegue ler e escrever bem e detém, além da experiência de vida, o poder de mando naquela sua região. Acreditamos que o narrador de *O mulo*, ao rememorar situações absurdas vividas nos rincões do país, aponta para o importante papel do intelectual que seria o de denunciar as mazelas e desmandos perpetrados pelos poderosos. A nossa pretensão aqui é, em primeiro lugar, discutir o papel do intelectual ao longo do século XX, relacionando-o com alguns momentos em que esse tema é abordado por Darcy Ribeiro, em *O mulo*.

Desde que o homem passou a viver em grupos, sempre existiu a figura do detentor de um maior conhecimento, de uma visão mais ampliada da situação em que se vivia. Chamados de escribas, artistas, clérigos, letrados, esses homens formavam uma espécie de “reserva de conhecimento” e eram os responsáveis pela transmissão do espólio da cultura do seu povo para as gerações futuras, atuavam na montagem das estratégias de batalhas, no tratamento de enfermidades, enfim, possuíam uma posição de destaque no seu grupo.

O termo intelectual surge em 1898, no conhecido caso Dreyfus, quando Émile Zola defendia a revisão do processo em que o judeu Dreyfus havia sido condenado injustamente por alta traição. O movimento iniciado por Zola ganhou grandes proporções e a adesão de uma série de assinaturas de pensadores, cientistas, professores, etc. Então Maurice Barres, um adversário do judeu condenado, chamou aquele movimento de “protesto de intelectuais”, com clara intenção pejorativa. A partir dali, o termo intelectual passou a designar “aquele que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral” (Wolff, 2006, p. 47).

Encontramos atualmente um número excessivamente elevado de trabalhos que buscam estabelecer o papel do intelectual na sociedade e tratar de todos não nos parece factível; portanto, usaremos os livros *Representações do intelectual* e *Cultura e Imperialismo*, ambos de Edward Said, como base teórica.



Partamos de uma afirmação de Said a respeito da atuação do intelectual no século XX, que parece ser uma ideia basilar para seu livro *Representações do intelectual*: “uma das principais atividades do intelectual do século XX tem sido questionar, para não dizer subverter, o poder da autoridade” (Said, 2005, p. 94).

A colocação do intelectual do século passado em uma posição de denúncia, de subversão, cria para nós um gancho para falarmos de Darcy Ribeiro, reconhecido intelectual mineiro que viveu naquele período. A atuação do homem público que foi não deixa dúvida em relação a essa combatividade. O problema surge quando saímos da “vida real” e entramos em sua obra literária. Seria o narrador engajado e com ideais de participação social tanto quanto o sujeito empírico? Vejamos alguns trechos do romance selecionado para tentar responder a esse questionamento.

Darcy, de forma irônica, desmerece a utilidade da escrita, tratando-a como relatos de uma vida banal: “Estou enfiado dessa confissão, seu padre. Isto é uma bronha. Lá fora, a gente vive, sofre, sente. Eu cá dentro, apalpo passados, me consolo. Vida em palavras é pura pulha: bronha. Vou é sair por aí, ver meu mundo debaixo desse sol leve da manhã” (Ribeiro, 2007, p. 222).

Por trás desse aparente desprezo pelo que está produzindo, acreditamos poder encontrar algo com sentido mais profundo. Em uma leitura mais acurada, verificamos que o eu autoral do escritor parece denunciar um estado de letargia, de ceticismo, diante de um mundo em transformação, o que poderia nos levar a pensar o papel do intelectual da metade final do século XX. Estaríamos diante de uma completa dissociação entre a figura política e o intelectual:

No silêncio destas tardes longas aqui dos Laranjos, que outra coisa podia eu fazer senão meter-me dentro do meu peito e ir tirando fora esses recordos? Por isso só me entrego a essa escrevinhação interminável. Para confessar meus pecados, não precisava tanto. Isto foi antes, quando começou. Hoje escrevo por escrever; porque não tenho mais o que fazer. (Ribeiro, 2007, p. 278)

Nesse trecho, conseguimos detectar um posicionamento, ou a falta dele, que será reiterado de maneiras diferentes no transcurso da narrativa. Depararemos muitas vezes com a insegurança e a resignação do Philogônio por um lado e, em outros momentos, com uma abdicação da “vida real”, em nome da escrita de suas confidências. O protagonista de Darcy Ribeiro até imagina que o país poderia melhorar, mas ele está velho, pior ainda, está à beira da morte, o que em sua visão o descredencia completamente para ter alguma participação na transformação do país. Philogônio, pela passagem mostrada acima, não estaria preocupado com as questões de seu tempo, pois optou por viver em um mundo paralelo, escrevendo sua confissão. O contato mais próximo que teve com a política trouxe-lhe, a princípio, alguns benefícios, como a regularização do seu nome e de sua fazenda Águas Claras. Mas naquele momento ele começou a observar as falcatruas feitas pelo seu compadre Catalão, como a distribuição de títulos de eleitor e a quantidade de votos muito maior do que o número de eleitores obtidos pelo compadre, que se elegeu vereador. Golpe maior viria, quando Catalão o convenceu a desbravar um território imenso no interior de Goiás. Philogônio ficaria com uma boa parte e o restante seria distribuído entre políticos influentes de Brasília. Após se dedicar a um trabalho que durou anos e preparar a terra, viu que tinha investido tempo e muito dinheiro por nada. Catalão se juntou aos amigos poderosos para tomarem posse de tudo o que Philogônio havia desbravado. Depois da imensa decepção, o protagonista não quis mais contato com a máquina corruptora comandada por políticos.

Outro aspecto que podemos utilizar para reforçar a nossa proposta de incluir Philogônio em certa “categoria” de intelectual é o fato de ele buscar no passado subsídios para reconstruir suas memórias. O narrador recorre aos acontecimentos vividos em busca de ferramentas para o entendimento do presente, fato que Edward Said aponta como postura corriqueira nessa tentativa de junção entre o passado e o presente:

A invocação do passado constituiu uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse



passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas [...]. (Said, 1995, p. 33)

Dessa forma, esse estudioso nos diz que a evocação do passado é um fator de extrema importância na interpretação do presente, uma vez que, a partir de sua existência e de sua repercussão no presente, permite estabelecer estratégias para maior compreensão do que significa ou significou esse passado na história contemporânea. Nessa perspectiva, Said acentua que, para se compreender o passado e reescrevê-lo, é necessário que o intelectual evoque o passado, reinterpretando-o e analisando-o a partir de um olhar crítico, utilizando-o como subsídio para interpretar o presente, uma vez que “ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro [...]” (Said, 1995, p. 34).

O narrador de *O mulo* parece querer interpretar o seu presente ou ao menos ressignificá-lo. Ele, em diversos momentos evocará o passado, fará análises e tentará compreender/justificar suas ações. Claro que essas análises estarão totalmente contaminadas por sua intenção de redenção da alma. Philogônio, recorrentemente, busca em suas reminiscências subsídios para compor sua confissão. Retratos, cheiros, animais e viagens a locais conhecidos são utilizados na tentativa de reconstruir suas lembranças, talvez na esperança de “montar” uma identidade com a qual se defina. Mas os chamados “conectores”, apesar de úteis, não são suficientes para o que ele tem em mente:

Saí, assim, em busca de mim num viajo de ano e meio. [...] Ali, um pouco, me achei porque tudo mudou. Ou mudou menos do que eu, o rapazinho aflito que tinha fugido de lá, sofrido. Vi bem que estar ali não me ajudava a recordar. O rapazinho, aquele, só estava em mim. [...] Esse mundo é um vendaval. Passados trinta anos, não fica nada. (Ribeiro, 2007, p. 296–298)

Em linhas gerais, temos um narrador, que apesar de não se enquadrar no status de intelectual tradicional, é detentor da habilidade de escrita e vasta experiência no mundo violento em que vivia, que discorre sobre suas “vidas” no interior do Brasil, “vidas” essas marcadas pela inexorável passagem do tempo. Ciente de sua impotência, tenta encontrar no registro escrito algum sentido para sua existência. Podemos justificar o desencanto que o protagonista apresenta pela convicção de que a passagem do tempo trouxe grandes transformações, o interior em que passou a infância não mais existe como conheceu, com a decadência da economia rural e o crescimento dos centros urbanos. Poderíamos, ainda, relacionar tal desencanto ao ostracismo da vida solitária em sua fazenda, somado a uma acomodação frustrante com uma existência marcada por crimes. Como parece claro nos fragmentos dos textos críticos apresentados acima, o narrador parece querer denunciar a situação do explorado povo nas zonas rurais, no século passado. Vejamos um trecho em que o narrador fala do modo como são tratados os seus empregados:

Meus negros bons de lá são como bichos, quase sem alma, parecem livres até do perigo de ter alma pecadora. Será que têm? Como eles, muita gente mais existe, inútil, neste mundo. Sem regra própria a que sejam sujeitos, precisando ser orientados, guiados, mandados. Sem mim esse mundo seria um São Benedito das Águas Claras. Cada negro plantando meia dúzia de manivas, pescando no córrego, de manhã, o bagre, ou a traíra que come de tarde, incapaz de qualquer esforço. [...] Por isso, esse mundo precisa de guias, como tropa precisa de madrinha. [...] Sem nós os donos, os guias cumprindo a vontade de Deus, quem poria o povão no trabalho com obrigação de acordar de madrugada e ir dormir de noite, suados, cansados? (Ribeiro, 2007, p. 183)

Entendemos, portanto, que o narrador de *O mulo*, enquadrado na figura de um “intelectual” em nossa perspectiva, sente a impotência dos seus atos diante de situações irreversíveis. A passagem do tempo, a decrepitude do seu corpo, a convivência em um mundo marcado pela violência o levam a buscar na escrita uma forma de expressar-se, de manter-se vivo. Essa situação pode ser considerada análoga a de intelectuais propriamente ditos em alguns momentos da nossa história. Colocados entre duas situações extremas, serem cooptados pelo poder oficial ou o silenciamento, alguns encontram uma terceira via, a da literatura. O nosso protagonista tem objetivos escusos em



sua decisão de escrita, mas que não pode ser desconsiderada, como forma de registro de denúncias de crimes, desmandos, abusos de poder e outros delitos.

3. METODOLOGIA

Eva Lakatos e Marina Marconi, em seu livro *Fundamentos da metodologia científica*, afirmam que o método

[...] é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo — conhecimento válido e verdadeiros —, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (Lakatos; Marconi, 2005, p. 83)

As autoras também nos esclarecem que, quanto ao método de abordagem, as pesquisas podem ser indutivas, dedutivas, hipotético-dedutivas e dialéticas, sem que, necessariamente, devam ser tratadas separadamente. Este artigo tem o cunho bibliográfico, dedutivo e analítico, já que se desenvolverá exclusivamente a partir de leitura e discussão de um texto de ficção, de produção crítica e teórica sobre as manifestações de violência e de abuso de poder, além de questões como memória e religiosidade.

4. DISCUSSÃO

O escritor montesclarenses consegue compor de forma muito bem estruturada esse retrato da desigualdade social existente no Brasil e o modo como o poder dos chamados “coronéis” é exercido pelos rincões do país. O narrador de *O mulo* coloca em evidência uma das ferramentas usadas por aqueles poderosos, que é a criminalidade, e pior ainda, a criminalidade sem punição. Normalmente cometidas contra pessoas menos favorecidas, muitas dessas ações, contando com a conivência de autoridades locais, caem no esquecimento, e os malfeitores seguem em sua sanha de conquistar cada vez mais terra e poder.

O referido romance narra a história de Philogônio de Castro Maya (nome que ele assume durante a vida, pois não tem conhecimento de um nome de batismo), homem forte que conseguiu amearhar riquezas com o uso de artifícios nada gloriosos, que se encontra no final de sua vida. Os episódios são contados por um homem que teme a morte, mas, principalmente, a provável reprovação divina no momento do julgamento final. O narrador vai construindo sua confissão sob forma de um monólogo com o futuro herdeiro dos seus bens, um padre desconhecido que deverá cumprir algumas exigências, todas com o objetivo de remissão dos pecados do narrador.

Com uma franqueza cortante, o protagonista vai registrando todos os seus graves crimes, principalmente homicídios cometidos ou encomendados. Eis alguns desses momentos:

Não é a morte em si que me preocupa, afinal de contas matar o que matei não é crime nenhum. (Ribeiro, 2007, p. 72)

Ali mesmo, pelas costas, com o nó do sabre derrubei o Baiano. Sangrei de pé, segurando o peso do homem pelas costas com o braço esquerdo, enquanto metia o ferro nos peitos dele, pela frente, com a mão direita. Serviço duro, seu padre. Nunca pensei que corpo de homem fosse tão fechado, fornido, como daquele Baiano. Um pneu. Eu punha a força que tinha no cabo do saibro afiado, mas ele voltava empurrado pela borracha dura do peito do homem. Afinal, com muito esforço sangrei. Emborqueei o homem no canto, para sair do esguicho de sangue e fui procurar o meu. (Ribeiro, 2007, p. 146)

A narrativa do protagonista de *O mulo* sempre nos impressionou, não só pela crueza das cenas, mas também pela ausência de arrependimento. O que levaria então um personagem absolutamente sem escrúpulos a buscar, de forma tão intensa, o perdão dos seus pecados? A princípio, a salvação de sua alma. Entretanto, à medida que o romance se desenvolve, começamos a vislumbrar intenções outras, digamos, menos nobres, do que a apresentada inicialmente.



4.1. “O MAL QUE HABITA EM MIM”: INTERSEÇÃO ENTRE LITERATURA E CANÇÃO

Como a obra em questão faz parte do *corpus* de nosso atual projeto de pesquisa, estamos sempre atentos a aspectos intrigantes presentes nela. A citada obsessão pelo perdão é fato marcante ao longo da narrativa, o que nos levou a usar como parte do título deste texto o trecho da letra poética da música “O mal que habita em mim”, da banda de rock nacional chamada Camisa de Vênus. A letra dessa canção retrata um eu lírico também em busca de um perdão que vai se mostrando impossível ao longo da letra. “O mal que habita” no personagem da música, apesar de ser reconhecidamente nocivo, está sempre à espreita, tentando não ser notado, mas pronto para reaparecer na primeira oportunidade:

*O mal que habita em mim
Preso em jaula de fumaça
Fazendo sempre crer que é boa praça
A alma inchada de desejo e trapaças
Lhe beija a fronte e ergue a taça
Deus perdoe o mal que habita em mim
É como um franco atirador
Atento ouvindo o rufo do tambor
À espera de alguém ou algo de valor
Com suas balas recheadas de amargor. (Nova, 1996)*

Assim como o eu lírico da canção, encontramos no narrador do livro de Darcy Ribeiro, um sujeito amargurado e solitário. Possui uma imagem de poder, mas com um passado “enfumaçado” pelas atrocidades que cometeu para atingir tal posição, e, caso necessário, pode voltar a atacar algum adversário desavisado, de modo cruel.

Deixando de lado outras possíveis interseções que podemos encontrar entre a música e o texto de Darcy, decidimos pesquisar a importância que o desejo de ser perdoado assume na estrutura da narrativa. O narrador reconhece as barbaridades que cometeu, entretanto se arrepende de poucas delas. No mais, ele tenta se convencer que fez o que deveria ter feito, chegando a se comparar a um instrumento de Deus.

4.2. CULPA, CONFISSÃO E SALVAÇÃO DA ALMA: A DISTÂNCIA ENTRE A FALTA E O PERDÃO

Nesse desejo imperioso de encontrar um padre que intercederá por ele junto ao Criador, o protagonista trava um monólogo repleto de justificações, o que nos leva a buscar alguns posicionamentos críticos acerca desse importante aspecto da vida, o perdão.

Logo na abertura do romance, o narrador apresenta seu objetivo ao escrever sua confissão:

Esse escrito de meu punho e letra é minha confissão e testamento. Aqui confesso meus pecados muitos ao sacerdote da Santa Madre Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo que há de me ler e perdoar. Peço a ele, ao senhor seu padre, a absolvição de meus pecados muitos que não tenho merecida, mas espero alcançar. Hei de alcançar, mais por suas virtudes de sacerdote e seus poderes de confessor, do que por minha contrição e arrependimento. O senhor verá pelos pecados, tantos, desta minha vida que careço de absolvição para enfrentar, no Outro Mundo, Quem me pedirá contas. (Ribeiro, 2007, p. 12)



É notória a intenção de barganha do personagem que, a princípio, parece querer “comprar” algum representante da Igreja Católica para interceder por ele junto a Deus, e assim obter a salvação da sua alma. Como dissemos no início deste texto, os crimes praticados e assumidos por Philogônio são muito graves, principalmente, contra a vida. O personagem tem consciência da gravidade de tais delitos e, por isso, considera difícil a obtenção do perdão.

Esse fato nos leva ao livro de Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, mais especificamente ao epílogo dessa obra, intitulado “O perdão difícil”. Nesse trecho do livro, o filósofo francês aborda questões relativas à dificuldade de se perdoar. Colocando em posições contrárias a falta (que representaria a profundidade) e o perdão (que seria a altura), o autor busca demonstrar o abismo existente entre esses dois polos. A interessante metáfora permite a interpretação de que quanto mais grave a falta, mais profundo seria o abismo em que o faltoso se coloca, deixando o perdão numa altura cada vez maior, aumentando assim a distância entre os polos opacionais.

Ricoeur chega a colocar a confissão como uma espécie de “ponte” que poderia suplantar o abismo entre a falta e o perdão:

A forma específica que toma a auto atribuição da falta é a da confissão, esse ato de linguagem pelo qual um sujeito toma sobre si, assume a acusação. [...] Por sua vez, a confissão ultrapassa um abismo outro que aquele que separa a culpabilidade empírica da inocência que pode ser chamada de metódica, a saber, o abismo entre o ato e seu agente. (Ricoeur, 2007, p. 468)

Como já foi dito, o protagonista da obra de Darcy Ribeiro assume, de forma recorrente, a sua culpa e se propõe a registrar todos os seus crimes na confissão escrita direcionada ao futuro herdeiro dos seus bens, numa tentativa, a princípio, desesperada de suplantar o abismo das suas culpas: “Mas não sou assim. Graças a Deus, tenho pecados pesados de que não me arrependo, sabendo que são pecados. Por isso só é que, mais do que ninguém, necessito da Misericórdia Divina” (Ribeiro, 2007, p. 116).

Depois de vislumbrar a possibilidade da existência do perdão, Ricoeur começa a apontar fatores dificultadores de tal situação. A falta, que teria o caráter transgressor, certamente, causaria mal a um outro e, por isso, ela não poderia simplesmente ser perdoada. Para embasar tal pensamento, ele traz para a discussão Nicolai Hartmann: “Se o perdão fosse possível, diz ele, ele constituiria um mal moral pois deixaria a liberdade humana à disposição de Deus e ofenderia o orgulho humano: ‘Não se pode, para ninguém, suprimir o ser-culpado da ação má, porque ele é inseparável do culpado’” (Ricoeur, 2007, p. 473).

As discussões então passam a girar em torno da desproporção entre a profundidade da falta e a altura do perdão, passando, inclusive, pelos crimes contra a humanidade, para os quais Ricoeur considera que “perdoar significaria ratificar a impunidade, o que seria uma grande injustiça cometida à custa da lei e, mais ainda, das vítimas” (Ricoeur, 2007, p. 479).

Ao final do capítulo, o estudioso francês retoma uma proposição de Hartmann, que defende a inseparabilidade do ato e do agente. Ricoeur problematiza ainda mais o ato de perdoar, citando, inclusive, Derrida, para quem “separar o culpado de seu ato, ou em outras palavras, perdoar o culpado sem deixar de condenar sua ação, seria perdoar um sujeito outro que não aquele que cometeu o ato” (Ricoeur, 2007, p. 498).

Ricoeur parece tender a acreditar — chega a citar Derrida —, em teoria, na existência do perdão, como um ato incondicional, sem restrições ou exceções. Entretanto, ele discorrerá acerca de fatores que ressaltam a desproporcionalidade dos atos, tais como: o hiato progressivo que se estabelece entre a altura do perdão e a profundidade da falta, a impossibilidade de se separar o sujeito do seu ato e a necessidade de se punir aos que subvertem a ordem social, em busca de um reequilíbrio das instituições. Situações como essas criam, se não a



impossibilidade, sérias dificuldades para os que buscam a remissão dos seus pecados. O que, inicialmente, parecia ser uma condição favorável ao protagonista de *O mulo*, começa a se complicar.

4.3. A REMISSÃO DOS PECADOS: DE INTENÇÃO LOUVÁVEL A ENCENAÇÃO DE EGOÍSMO, ORGULHO E VAIDADE

Dissemos acima que Philogônio pretende encontrar um padre capaz de ler sua confissão e perdoar os seus crimes; em troca, promete legar todos os seus bens a esse membro da igreja. Essa questão da promessa é que passa a nos interessar a partir de agora. Em nosso auxílio, traremos para o debate o livro *A condição humana*, de Hannah Arendt, em especial trechos que tratam do “poder de perdoar” e do “poder de prometer”.

Arendt, nas referidas passagens, trata, basicamente, da irreversibilidade dos atos e da imprevisibilidade do futuro. Ela coloca a faculdade de perdoar como a única solução possível para resolver o problema da irreversibilidade, pois, após cometida a ação, não há como interromper as consequências, e o perdão assumiria o papel de via única para solucionar os problemas advindos do ato. Claro que podemos relativizar tal afirmação, considerando que o perdão não teria todo esse poder de remissão diante da gravidade de muitos atos, mas podemos aceitá-lo como uma faculdade paliativa, contra a irreversibilidade das ações.

Philogônio tem a exata noção da irreversibilidade da vida, da impossibilidade de voltar ao passado. Por isso, em diversos momentos, faz declarações como estas:

Todo me apalpei lá na bacia, com a tristeza de me descobrir tal como sou. Gambito de pernas. A batata é uma pedra de sabão correndo no meio de pelanca. A bunda mirrada murchou. O pescoço chupado, de galinha, com o gogó solto em cima. As partes nefandas estão pretas, encoroadas. Minha pica é um bico de mijar. Os pés enormes com unhas crescidas em garras, negras. Para isso é que escapei de tanta bala e tocaia, de tamanhas malquerenças? Essa é a minha vitória? Não há doença pior que a velhice. (Ribeiro, 2007, p. 354)

Comi a vida. Agora, rumino meus recordos de curraleiro, carreiro, soldado, muleiro, tropeiro, fazendeiro. Tudo isso, fui. Hoje, pastoreio essa fazenda da memória. Vivo, me desvivendo na busca de meus idos, sidos, tidos. Do futuro só espero negros. [...] Meu revólver tem balas velhas, de pólvora podre. Minha faca que foi navalha está cega, enferrujada. Minha taca, largada. Pior ainda que o revólver, a faca e a taca, é a mão que empunha: seca, nó de pau, atravessada de grossas veias roxas. Trêmulas, nem parece a minha. (Ribeiro, 2007, p. 252–3)

Descartada a comprovação da indefectível passagem do tempo pelo narrador, percebemos a observância de que o que aconteceu ficou no passado, jamais voltará a ser como foi, bem como as consequências dos atos são irreversíveis. Esse tema do impossível retorno ao passado já foi objeto de estudo em outra fase da nossa pesquisa, envolvendo outras obras de Darcy Ribeiro e de que acreditamos ser interessante uma breve revisão, considerando que os argumentos apresentados naquele momento são extremamente aplicáveis ao *O mulo*.

Assim como ocorre em *Migo* (1988), também narrado em primeira pessoa e que trata das memórias de Ageu Rigueira, escritor solitário em conflito consigo mesmo, vivendo em Belo Horizonte, na década de 1980 —, Darcy Ribeiro opta por uma escrita memorialística para compor *O mulo*. Tanto Ageu Rigueira quanto Philogônio Maya, ao realizarem suas anotações, fazem um exaustivo trabalho rememorativo, tornando-se analistas minuciosos dos seus passados. Em seu texto “Verdades de autobiografias e diários íntimos”, Calligaris — estudioso importante para a primeira fase da nossa pesquisa — afirma que as anotações compoem um “diário” “correspondem à necessidade de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam” (Calligaris, 1988, p. 43).



No caso de Philogônio, essa combinação se comprova ao longo da narrativa. Confissão, justificação e invenção são as ferramentas usadas pelo narrador para tentar conquistar o seu futuro confessor e assim, obter a salvação de sua alma. Deixemos este resgate por aqui e voltemos a Hannah Arendt.

A filósofa alemã passa então a analisar o outro aspecto citado — a imprevisibilidade do futuro:

A solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades são aparentadas, pois a primeira delas — perdoar — serve para desfazer os atos do passado, cujos “pecados” pendem como espada de Dâmocles sobre cada nova geração; a segunda — obrigar-se através de promessas — serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens. (Arendt, 2007, p. 248–249)

Ora, o narrador de *O mulo* parece pensar de forma semelhante, ao lançar mão da promessa como forma de reabilitar-se das suas faltas. Entretanto, Arendt (2007) alerta para uma questão religiosa, quando se trata de crimes e males intencionais, que, segundo ela, apesar de raros, seriam objetos de julgamento, segundo a tradição católica, no dia do Juízo Final. Philogônio, recorrentemente, expressa seu medo terrível ao se imaginar diante de Deus, num julgamento final: “Temo e tremo de pensar naquela Hora em que, em espírito, estarei ali, imortal, diante do Anjo Julgador para ouvir a sentença derradeira: purgar não sei quantos milênios de pena no Purgatório. Ser metido diretamente nos Infernos para todo o sempre” (Ribeiro, 2007, p. 370).

Esse personagem atormentado pelos seus fantasmas, insatisfeito com sua decadente forma física, parece, em alguns momentos, estar montando uma grande encenação, como um final apoteótico para toda uma existência de crimes e pecados:

Cuidado, seu padre, cuidado. Estou é querendo engabelar. Não só ao senhor, mas a mim também, com ilusões, figurações. [...] O grave é que não faço estas figurações para salvar a minha alma, tornando essa confissão mais autêntica e merecedora de perdão. Faço isto é movido pelo vão desejo de deixar de mim um retrato forte. Admirável. Quero ser querido, louvado, admirado. Ainda que para isso degrade e deturpe a minha santa confissão. (Ribeiro, 2007, p. 279)

Em momentos como esse, a narrativa se alinha ao que pensa Arendt sobre a ineficácia de promessa quando ela não é feita na presença de outras pessoas. Para essa filósofa, promessa e perdão, quando realizados no isolamento e na solidão, seriam, quando muito “um papel que a pessoa encena para si mesma” (Arendt, 2007, p. 249.)

E isso é o que ocorre com o narrador de Darcy Ribeiro. Suas promessas são registradas numa confissão escrita, e somente serão cumpridas caso seja encontrado o padre com as características desejadas e aquele confessor leia, perdoe os seus pecados e interceda junto ao poder divino pela salvação de sua alma. Ninguém testemunha tais promessas, os juramentos são feitos secretamente.

Ainda nessa linha e retomando Ricoeur (2007), o filósofo francês coloca outro complicador aos desejos do personagem de *O mulo*: a necessidade, além do esforço discursivo da confissão daquele que cometeu a falta, da fala libertadora daquele que foi ofendido, ou seja, o perdão emitido pela vítima. As vítimas dos horrendos atos de Philogônio estão mortas há muito tempo, não existindo a possibilidade de uma voz remissiva a seu favor e, por isso, o seu ato de desespero ao buscar um caminho direto para o perdão divino.

Um capítulo definitivo que, em nossa opinião, configura o caráter performático da confissão de Philogônio aparece na parte final do romance, funcionando como uma completa negativa das intenções iniciais do narrador:

Isso não é uma confissão, ambos sabemos.



Escrevo para me livrar de mim.

Escrevo para esquecer quem sou.

Escrevo para lembrar meus idos.

Escrevo para ser seu amo.

Escrevo para habitar seu espírito, enquanto você me lê.

Escrevo para dizer minhas verdades, tortas, mas minhas.

Escrevo para ser, permanecer, eu mesmo.

Escrevo pra não morrer. Se morro, paro. Se paro, morro. (Ribeiro, 2007, p. 346)

As intenções da confissão do narrador, agora colocadas nestes termos, confirmam o caráter do personagem. Apesar dos seus bárbaros atos, ele, praticamente, não se arrepende. Aliás, o único arrependimento verdadeiro que mais o atormenta se relaciona à castração e morte de um cachorro durante o ato sexual do animal. Os crimes contra a vida são relativizados, e às vezes colocados como cumprimento de uma função superior, que lhe teria sido atribuída por Deus:

Mas Deus o fez assim para cumprir segretos desígnios lá d'Ele. Seja o que for, o assassino é um coitado, mas é um ente divino. Não será inocente, mas sendo um coitado predestinado só é digno de muita pena e até de consolação. [...] Merecerá o assassino alguma pena divina? Ele é o destinado por Deus a cumprir na vida triste sina e até padecer penas. Depois de viver aqui o seu fadário, em que pode pegar e pagar até pena na prisão, deve ainda ser, no Céu, recastigado? (Ribeiro, 2007, p. 332).

Passagens como essa nos faz pensar numa tentativa clara de transferir a responsabilidade dos seus crimes para Deus. Haydée Coelho (2008), em seu artigo “Memória, confissão e autobiografia em Darcy Ribeiro”, chega a afirmar que “No decorrer do romance, no entanto, o protagonista, ao confessar os seus pecados, transforma sua confissão em uma peça de acusação a Deus”.

Ao final da narrativa, os planos traçados pelo protagonista se diluem com a notícia do assassinato de seu empregado Militão. Esse personagem era a única pessoa de “confiança” (colocamos entre aspas para registrarmos as objeções que Philogônio tinha em relação à capacidade do seu empregado) e seria o responsável por encontrar o padre que trabalharia para a salvação de sua alma.

4.4. CRIMES SEM PUNIÇÃO: A CULPA NÃO É MINHA

A afirmação de Coelho citada acima, em que afirma que o protagonista do romance está montando uma peça de acusação a Deus parece-nos significativa. O narrador não se arrepende das atrocidades cometidas e entre os crimes consumados na obra está o crime de homicídio, que é confessado. “(...) Não se assuste, meu confessor. Não sou dos que se matam. Eu mato é o outro. É aquele que Deus escala para eu sangrar. Inocente ou culpado? Matador ou matado? Quem determina é Ele, não eu.” (Ribeiro, 2007, p. 292).

Com esse trecho é possível perceber a luta interna do personagem sobre as questões da moralidade humana que está entrelaçada pelo cunho religioso, argumento firmado pelo filósofo Immanuel Kant (1793) que revela que a moral é conduzida inexoravelmente para a religião, pois ela se estende para fora do homem, nos atos exteriores ao pensamento humano, confundindo-se com uma ideia de um legislador moral supremo, poderoso, na santidade de sua lei.



Nesse sentido, Kant (1793) declara que à medida que exista o livre arbítrio, o homem se enxerga livre, entretanto, se submete às leis coercitivas, pois elas irão proporcionar prestígio para quem as seguiu-las, ou seja, ele escolhe se sujeitar a uma censura, que funcionaria como uma espécie de religião moral, “(...) que não deve estabelecer-se em estatutos e observâncias, mas na intenção do coração de cumprir todos os deveres humanos como mandamentos divinos” (Kant, 1793, p. 98).

Assim, o protagonista confessa os seus crimes:

Por que confesso? O que confesso? Espremendo, para tirar sumo dos meus feitos, o pecado que fica latejando, me ameaçando de perdição, é o de matador. Eu fui, eu sou matador. Eles, meus mortos, estão acabados. Eu, que me salvei, tenho de confessar pra não me perder. Eles, estão salvos. Estarão? (Ribeiro, 2007, p. 14)

Ressalta-se que quando há uma confissão do protagonista pelos seus crimes para o confessor, ele procura uma aceitação moral pelos seus atos por meio dessa confissão, mesmo não havendo arrependimento, pois de acordo com Kant (1793), a finalidade da confissão é tornar os atos já praticados mais agradáveis a Deus, sendo esta uma boa conduta que busca a moralidade dos seus atos, aderindo assim às leis morais.

Entre os crimes cometidos e narrados em sua confissão, o protagonista se considera um assassino divino,

Na verdade, sou coisa de Deus. Sou é assassino Divino. Lopinho, que eu furei com aquele prego, quem matou fui eu? O Baiano, de couro duro, que tanto me custou sangrar, é morto meu ou d’Ele? A Dominguin finei para não morrer. Medrado foi morto porque era zarolho. Matei mesmo a eles? Estas minhas contas são só minhas? Não, elas são é de Deus, só d’Ele, Senhor da sina de cada um. (Ribeiro, 2007, p. 292)

O protagonista se sente no direito de retirar a vida de outrem como se fosse o escolhido por Deus para fazê-lo. Kant (1793) explica por meio do caso bíblico que Deus manda Abraão matar seu próprio filho pela crença, pela fé, e essa vontade divina que lhe foi revelada o permite exterminar a vida de outra pessoa, já que por ser uma via extraordinária justificaria o ato típico de homicídio. “Provavelmente, tinha a firme crença de que uma vontade divina revelada de modo sobrenatural (porventura, segundo o mote: *compellite intrare*) lhe permite, quando de tal não faz inclusive um dever, exterminar a pretensa incredulidade juntamente com o incrédulo” (Kant, 1793, p. 213).

Nesse sentido, o autor comete o crime de homicídio, e conforme os mandamentos do jurista Cezar Roberto Bitencourt (2019) este ato ilícito se trata de uma lesão ao maior bem jurídico tutelado que é a vida e necessariamente possui relevante proteção legal, demonstrado pelo esmero do legislador brasileiro ao tipificá-lo no Código Penal, no artigo 121 “Matar alguém: Pena — reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.”

Dos crimes contra a vida, nas palavras do Bitencourt (2019), o homicídio representa uma maior reprovabilidade, o que reflete uma maior punição, pois expõe a vida a perigo, sendo este o objeto mais valioso, pois sem ela não há como existir a pessoa, e os direitos inerentes a condição humana, sendo uma garantia da dignidade humana constitucional preservar esse bem jurídico, devendo ser respeitado pela sociedade e pelo Estado. Por esse ângulo

O direito de viver não é um direito sobre a vida, mas à vida, no sentido de correlativo da obrigação de que os outros homens respeitem a nossa vida. E não podemos renunciar o direito à vida, porque a vida de cada homem diz com a própria existência da sociedade e representa uma função social. (Hungria, p. 227 apud Bitencourt, 2019, p. 130)

E no caso do crime acima declarado pelo protagonista, observamos uma motivação fútil, visto que a vítima foi morta porque era zarolho e encontra-se tipificado no § 2.º do artigo 121, como homicídio qualificado “Se o homicídio é cometido (...) — por motivo fútil”.



Concordam Marcelo de Almeida Ferri e Manuel Filho (2014) ao declararem que o motivo fútil alcança o desprezível, gerando uma desproporção entre uma ação e uma reação. A gravidade se do ato se torna perversa, e mesmo existindo como um motivo, ninguém é capaz de entender qual seria a explicação razoável para o cometimento de tais crimes.

O protagonista comete outros homicídios qualificados por motivos fúteis,

Essa conversa comprida é só para dizer ao senhor que a possibilidade de matar gente que Deus nos abriu sempre me serviu na vida. Primeiro, me livrando do Lopinho. Depois, com o pecúlio do Baiano que, somado ao de Dominguim, me susteve e me empurrou pra frente. Só não lucrei liberdade nem dinheiro foi naquele tropeço com Medrado. Culpa da zarolhice dele. As mortes outras em que estou atolado também foram passos de salvação ou de ajuda, necessários para cumprir meu destino. Godo eu não conto, foi acidente de que o culpado é ele. Amaral, me ajudou muito, morrendo, a me aprumar. Voltei a ter apreço por mim. Sem sua morte eu seria um descarado. Ludovico e o povo dele foi mais uma ação de limpeza pública. Além de ser indispensável para que nós dois, eu primeiro, o senhor em seguida, pudéssemos assumir, tranquilos, nossa condição de senhores dos Laranjos. (Ribeiro, 2007, p. 46)

Portanto, nesse íterim, conforme Marcelo de Almeida Ferri e Manuel Filho (2014), o traço da futilidade dos homicídios narrados pelo protagonista, por mais brutal e inexplicável o desfecho dos atos típicos, não deixa de trazer uma carga sócio-histórica e as demais tensões existentes naquela determinada região em que o personagem está inserido, local em que se constrói como sujeito, com atos eivados pela religiosidade e expondo que há muito mais a ser considerado em casos de homicídio por motivo fútil.

5. CONCLUSÃO

O que no início do romance parecia ser uma intenção louvável de um criminoso ao final de sua existência, realizando uma confissão como forma reparadora dos seus atos, em busca da salvação de sua alma, mostra-se uma outra coisa: percebemos que Philogônio Maya está montando uma grande encenação para fechar uma vida repleta de práticas horrendas. Ele quer ser lembrado, perpetuar-se de alguma forma, registrando a grande ascensão que teve na vida, de menino órfão, abandonado por todos, que através de realizações nada louváveis, chegou a ser um fazendeiro rico e de muito prestígio.

Em um outro momento do texto, propusemos a discussão da narrativa sob o aspecto da função do intelectual representada no romance. Apesar de parecer um pouco forçada a categorização do protagonista do livro como um “intelectual especial”, pareceu-nos que a utilização da escrita como forma, meio que tortuosa, para denunciar crimes e outras barbaridades perpetradas num ambiente violento, viabilizaria tal abordagem. A denúncia e a crítica social são temas recorrentes na produção literária de Darcy Ribeiro e, por isso, consideramos importante o exame dessa vertente presente em *O mulo*. Encetamos ainda, uma pequena abordagem aos homicídios cometidos pelo protagonista e algumas possíveis implicações legais que poderiam tê-lo levado para a prisão.

Agora ao final da vida, doente, impotente e solitário, esse narrador protagoniza a última cena de seu egoísmo, seu orgulho e vaidade, que é o registro de sua confissão. O romance é concluído nesse clima de revolta e de incerteza, com o incorrigível Philogônio cometendo mais um crime contra a vida, ordenando a morte do responsável pelo assassinato de Militão. Novamente nos lembramos da música a que fizemos referência no início deste texto, que bem pode encerrá-lo. Philogônio Maya, apesar do performático interesse em salvação de sua alma,

Disse que está de saco cheio

Disse que anda com um pouco de receio



Disse que vai se regenerar, haha eu não creio

É como um trem pro inferno, não tem freio. (Nova, 1996)

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2007). *A condição humana* (10.ª ed.). (R. Raposo, Trad.). Forense.
- Bitencourt, C. R. (2019). *Tratado de Direito Penal. Parte especial* (20.ª ed., 2). Saraiva.
- Borges, L. S., & Alencar, H. M. (2006). Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação do transgressor. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 451–459. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300014>
- Calligaris, C. (1998). Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Revista de Estudos Históricos: Arquivos Pessoais*, (21), 43–58.
- Coelho, H. R. (Ed.). (1997). *Darcy Ribeiro*. Belo Horizonte: CEL/POSILIT. (Coleção Encontro com escritores mineiros, n.º 4).
- Coelho, H. R. (Ed.). (2008). Memória, confissão e autobiografia em Darcy Ribeiro. In: *Vínculo: Revista de Letras da Universidade Estadual de Montes Claros*, 9(1).
- Ferreira, G. A. (2013). *Entre a memória e a autobiografia: narrativas de Cyro dos Anjos e de Darcy Ribeiro* (Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Ferreri, M. A., & Mendonça Filho, M. C. C. (2014). Contradições do cotidiano nos homicídios por motivo fútil no Baixo São Francisco: pistas para pensar a interiorização da violência. *Revista Polis e Psique*, 4(1), 54. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.42483>
- Hall, S. (2003). A formação de um intelectual diaspórico. In: Sovik, L. (Ed.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Ed. UFMG.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1983). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Nova, M. (1996). *O mal que habita em mim*. In *Quem é você?* [CD]. Universal Music International.
- Ribeiro, D. (1988). *Migo*. Editora Guanabara.
- Ribeiro, D. (1997). *Confissões*. Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (2007). *O mulo*. Leitura.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (A. François et al., Trad.). Editora da UNICAMP.
- Said, E. (1995). *Cultura e Imperialismo* (5.ª ed.). Companhia das Letras.
- Said, E. (2005). *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993* (M. Hatoum, Trad.). Companhia das Letras.
- Wolff, F. (2006). Dilemas dos intelectuais. In: Novaes, A. (Ed.), *O silêncio dos intelectuais*. Companhia das Letras.



DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.